

O Meio ambiente e a sociedade de risco:

Uma abordagem quanto à formação da identidade na (re)construção individual e social nos desastres ambientais em uma sociedade pós-moderna.

Fátima Gilda Ferreira Almeida de Sousa¹

Resumo

No paradigma da sociedade de risco, preponderam as incertezas científicas, o medo, os riscos desconhecidos, em meio à complexidade social, a crise do Estado Nação, e no sistema jurídico, a crise do paradigma positivista, coloca em cheque a eficácia do direito ambiental como conjunto de normas que visam regulamentar a problemática ambiental. Os riscos podem ser tidos como uma categoria pertencente à sociedade, mas os riscos atuais se diferenciam por serem caracterizados como globais, invisíveis, imperceptíveis, decorrentes da modelo de produção industrial que gera danos irreversíveis. Frente tais riscos, busca-se um novo diálogo intercultural e uma nova legitimação social de responsabilidade e solidariedade universal, embora as perguntas quanto ao melhor contorno desta nova forma plural emancipatória e quanto às novas formas contra- hegemônicas permaneçam. Para enfrentar a sociedade de risco e as decorrentes incertezas a ferramenta é a precaução. Preservar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistema; fiscalizar as empresas dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; definir espaços territoriais especialmente protegidos; controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco à vida, e ao meio ambiente, promover educação ambiental, vedar práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna e da flora ou que provoquem a sua extinção. O princípio da precaução não significa a prostração diante do medo, não elimina a audácia saudável, mas se materializa na busca da segurança do meio ambiente e da continuidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; sociedade de risco; desastres ambientais e sociedade pós-moderna.

ABSTRACT

In the paradigm of risk society predominates scientific uncertainty, fear, the unknown risks amid social complexity, the crisis of the nation state, and the legal system, the crisis of the positivist paradigm, puts into question the effectiveness of environmental law as a set of rules

¹ Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura e mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

aimed at regulating environmental issues. Risks can be taken as a category belonging to society, but the current risks differ by being characterized as global, invisible, imperceptible, resulting from industrial production model that generates irreversible damage. Forward such risks, we seek a new intercultural dialogue and a new social legitimation of universal solidarity and responsibility, although the questions as to better contour shape this new emancipatory and plural forms as the new hegemonic counter remain. To address the risk society and the resulting uncertainty tool is the case. Preserve the essential ecological processes and provide the ecological management of species and ecosystems; oversee companies engaged in research and manipulation of genetic material; define specially protected territorial spaces; control production, marketing and use of techniques, methods and substances which represent a risk to life and the environment, promote environmental education, stopping practices that endanger the ecological function of the fauna and flora or causing their extinction. The precautionary principle does not mean prostration before the fear, does not eliminate the audacity healthy, but is embodied in the pursuit of environmental safety and continuity of life.

KEYWORDS: Environment; risk society; environmental disasters and post-modern society.

1INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna é aquela na qual as instituições sofrem um processo dinâmico, progressivo e contínuo de transformações, com alterações radicais na vida social cotidiana bem como nos aspectos pessoais do indivíduo, de modo a ocorrer um entrelaçamento entre o indivíduo e a sociedade.

Na era da informática e da tecnologia, há uma rede global interdependente entre os indivíduos e a sociedade global. Apesar de o ser humano querer e procurar ser cada vez mais individual, ele é parte desta rede, não havendo como fugir e esconder-se da sociedade global com todas as suas interconexões e do contínuo entrelaçamento dos acontecimentos, fatos e eventos.

Qualquer ato e conduta, individual ou coletiva, refletirá e produzirá de forma direta ou indireta efeitos bons ou ruins na sociedade, entre outros o meio ambiente, seja no aspecto de *espaço* territorial, seja no aspecto de meio ambiente social, econômico e cultural, modificando assim a identidade territorial e, conseqüentemente, a identidade do indivíduo.

Nos últimos anos, com o aumento da degradação e da transformação do meio ambiente natural, seja causado pela destruição das paisagens naturais e culturais, seja pela

crescente e cumulativa interferência humana sobre o meio ambiente, ganharam importância o estudo e as discussões em torno da identidade territorial e sua relação com a identidade do indivíduo e da sociedade.

Neste pequeno estudo, com base no pensamento de Giddens, Nobert Elias, Baumann entre outros, pretende-se desenvolver algumas reflexões sobre a influência do meio ambiente na formação da identidade.

2 O MEDO QUE MOBILIZA A SOCIEDADE DE RISCO

A noção de risco na modernidade desenvolvida por Anthony Giddens e Ulrich Beck fornece interessantes elementos à compreensão dos problemas sócio-ambientais no mundo contemporâneo e, de forma mais específica, à introdução de uma discussão sobre as possibilidades da Educação Ambiental enquanto instrumento mediador da *práxis humana*. Primeiramente, é preciso dizer que para Giddens, a compreensão do que seja a modernidade implica em identificar as “descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais” (1991, p. 15). Mas, alerta Giddens (1991), a idéia de descontinuidade deve ser vista de uma perspectiva dialética, o que evita entender a história como caos ou como infinitos casos idiossincráticos. Assim, há que se entender que a possibilidade de manutenção da tradição convive dialeticamente com a potencialidade de sua superação. Na modernidade a tradição - seus símbolos e valores - perde, por assim dizer, o *status* de fonte orientadora das ações humanas; a conexão entre a tradição e o moderno se dá na medida que ela pode ser validada a luz da racionalidade. A descontinuidade entre a modernidade e as ordens sociais tradicionais envolve o que Giddens (1991) denomina de *ritmo de mudança, escopo da mudança e natureza intrínseca das instituições modernas*. Isso significa, *grosso modo*, que se a modernidade permitiu aos homens uma vida mais segura e com infindáveis possibilidades de desenvolvimento tecnológico, permitiu também um potencial destrutivo do meio ambiente. O mundo moderno se situa num limbo em que a promessa de uma vida com prazer e segurança é, contraditoriamente, desafiada por novos riscos que se desdobram da capacidade tecnológica que anuncia uma suposta *máxima qualidade* para as vidas humanas.

Esse dinamismo que caracteriza a modernidade está associado tanto à produção e apropriação da tecnologia como instrumento mediador das relações sociais, quanto aos *desencaixes* operadas entre tempo e espaço; numa palavra, o que Giddens (1991) denomina de *espaço vazio*. Isso significa que a modernidade e seus aparatos tecnológicos provocam a

desvinculação entre espaço e tempo, fomentam relações entre ausentes, secundarizam a materialidade como condição fundamental para estabelecimento das relações e conectam abstratamente o local e o global.

Tais relações, conexões e desconexões que subvertem os conceitos tradicionais de tempo e espaço são intermediadas pelo que Giddens (1991) denomina *fichas simbólicas* e *sistemas peritos*. As fichas simbólicas são os meios de intercâmbio (o dinheiro, por exemplo) entre indivíduos e grupos, independente de suas características específicas, e os sistemas peritos dizem respeito às áreas de excelência técnico-profissional que organizam e tornam possível o funcionamento da vida social moderna (por exemplo, as áreas da saúde e da engenharia). Segundo Giddens (1991), as fichas simbólicas e os sistemas peritos constituem as instituições que tornam possível a vida moderna, bem como sua compreensão. Nesse sentido, o dinheiro - exemplo de ficha simbólica - “é um meio de distanciamento tempo-espaço (...), [pois ele] possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (1991, p.32). Isso permite que o homem moderno estabeleça relações econômicas e sociais prescindindo da presença física; estabelece-se, portanto, uma relação de *confiança* nos processos pelos quais essas relações e comunicações são efetivadas.

Os sistemas peritos traduzem-se em reconhecimento da autenticidade dos saberes das diversas áreas técnicas e profissionais sem os quais a vida cotidiana moderna não seria possível. São nos *experts*, melhor dizendo, nos conhecimentos que eles dominam, que se confia a própria segurança: acreditamos na capacidade dos cientistas de se anteciparem às catástrofes, confiamos que os aviões produzidos pelos engenheiros podem garantir nossa integridade física, cremos que os cientistas e os conhecimentos por eles produzidos podem nos salvar das mais remotas ameaças. Trata-se de uma postura de ‘fé’ em relação aos saberes dos *experts*, uma vez que é impraticável para todos os indivíduos o domínio dos códigos das diversas áreas do conhecimento humano.

Importa dizer que para Giddens (1991) o conceito de ‘fé’ está intimamente ligado ao conceito de confiança. Nesse sentido, a confiança que um indivíduo tem nos sistemas peritos e nas fichas simbólicas se baseia numa postura de ‘fé’ em relação a conhecimentos que ignora ou à ação de outrem ausente. A confiança, portanto, se refere à ausência de algo ou alguém no tempo e no espaço e, por isso mesmo, sua *existência* depende de um conjunto de resultados contingentes que permitem ao indivíduo crer, ou seja, ter ‘fé’ nas ações dos indivíduos ou na operação dos sistemas. Os sistemas peritos e as fichas simbólicas constituem, portanto, a instituição que fundamenta a confiança que tornam possíveis as relações modernas, mesmo

quando se tem pouco ou nenhum controle sobre elas. A confiança promove o que Giddens (1991) chama de *ponto de acesso* entre os sistemas peritos e o usuário leigo; é ela que torna possível o andamento do cotidiano moderno.

Pelo que foi dito até agora, nos parece que a descontinuidade entre a modernidade e as ordens sociais tradicionais serve, antes, à confirmação do que seja moderno do que à manutenção de uma verdade que tenha sido eficiente em tempos remotos. Ainda que uma tradição seja válida para o homem moderno, ela o é porque os novos conhecimentos socialmente reconhecidos validam-na, porque os sistemas peritos confiáveis estão sempre a postos para conferir-lhe cientificidade.

Essa lógica moderna de validação do velho pelo novo, ou de confirmação da eficiência do novo, parece tomar uma feição abstrata, pois independe do contato humano direto. Ora, a validação do conhecimento perito não depende de que se tenha clareza sobre ele e menos ainda que se tenha qualquer relação de proximidade com os *experts* que os manipulam. Pode-se dizer então que, na modernidade, a confiança é um recurso de que dispomos para lidar com ausência do outro, com a complexificação dos conhecimentos tecnológicos que fazem funcionar a vida moderna e com a impossibilidade de manipulação do tempo a nosso *bel prazer*. O tempo deslocado do espaço torna-se cada vez mais impessoal; o tempo não é mais do indivíduo, visto que as ações humanas são orientadas por instituições e relações sobre as quais o homem não tem o menor controle. A confiança no outro e no conhecimento que o outro domina são artifícios indispensáveis ante aos *desencaixes* das relações modernas. Confiar cegamente, portanto, é ser moderno. E mais, confiar cegamente nunca teve um sentido tão literal, posto que se trata de confiar no sujeito ausente e nas relações que se estabelecem as escuras.

O reconhecimento de que a confiança intermedia as relações entre ausentes e possibilitam a credibilidade dos conhecimentos peritos, faz emergir uma outra categoria sem qual confiar e ter fé não teria sentido, a saber, a noção de risco. Confiar envolve sempre o risco: o risco de que a ‘fé’ depositada seja confirmada ou negada. De fato, segundo Giddens (1991), na modernidade a confiança está relacionada ao conceito de risco. Dado à dinâmica das relações sociais que se caracteriza, como já foi dito, pelo avanço tecnológico, pela capacidade de destruição do meio ambiente e pelo deslocamento das relações no tempo e no espaço, cria-se um ambiente de instabilidade crescente. Visto que as relações humanas estão cada vez mais distanciadas, não nos é possível qualquer tipo de controle da ação do outro, nem a garantia de correspondência entre expectativa e resultado; o distanciamento entre

peritos e leigos também não permite qualquer tipo de controle que garanta a eficácia do conhecimento ao qual o indivíduo confiou a própria segurança; some-se a isso a crescente potencialidade destrutiva que é inerente à tecnologia moderna e que expõe todos a novos riscos e ameaças.

É precisamente a noção de risco que, em nosso entendimento, melhor caracteriza a conjuntura contemporânea. Mas, é preciso ir além do conceito de risco desenvolvido por Giddens (1991) para melhor compreender sua dimensão e a forma como afeta a vida cotidiana. Nesse sentido, o tratamento dado por Beck (1986) à noção de risco nos parece mais abrangente e, por isso mesmo, nos permite compreendê-lo melhor.

Para Beck (1986), a noção de risco pode ser entendida a partir do que ele denomina *lógica invertida*. Tal inversão diz respeito à passagem da sociedade de penúria, na qual a *questão fundamental* girava em torno de uma melhor divisão das riquezas, para a sociedade de risco onde a *questão fundamental* passa a ser, como o próprio nome diz, a divisão dos riscos. Assim como Giddens (1991), Beck (1986) entende que a noção de risco, na forma como nós a conhecemos, é uma invenção da modernidade. Por isso o risco moderno está diretamente ligado ao processo de industrialização e ao avanço tecnológico. Sua especificidade reside em sua invisibilidade, em sua dimensão imperceptível que desafia a capacidade de compreensão e, portanto, de prevenção dos sistemas peritos. Desse modo, a confiança depositada nos sistemas peritos pode ser abalada, já que se desvelam suas limitações para compreender os riscos emergentes e as novas ameaças; e isso provoca, segundo Giddens (1991), uma fissura na relação entre usuário leigo (a população em geral) e sistemas peritos.

Tais limitações de compreensão estão ligadas, segundo Beck (1986), à dimensão invisível do risco moderno e à sua composição futura e globalizante. O risco moderno é escorregadio, ele tem dimensões não materiais que escapam à possibilidade de compreensão da ciência - sempre presa ao que pode ser isolado, mensurado e analisado por suas propriedades empíricas. Além disso, o risco tem uma potencialidade de destruição a longo prazo e uma tendência de se universalizar para além de qualquer composição classista. O risco existe para todos, independente do pertencimento de classe; não há, pois, a classe dos expostos e a classe dos não expostos. O que diferencia a exposição ao risco são as condições materiais dos indivíduos de criarem estratégias contra as ameaças, ou seja, apenas grupos privilegiados podem se dar ao luxo de escolher o lugar onde vão morar, os alimentos que vão consumir, a água que vão beber. Mas isso não garante a não exposição visto que o risco é

invisível e silencioso e que as ameaças de destruição em massa afetam a todos sem distinção (Beck, 1986).

Para Beck (1986), a modernidade acentua velhas formas de desigualdade social à medida que instaura novas formas de exposição ao risco. Os países pobres são exemplos emblemáticos dessas novas desigualdades sociais. Para essa população o processo de industrialização, potencialmente poluidor e, portanto, ameaçador, significa antes a possibilidade de superação de uma situação de miséria material e o sonho de uma vida com dignidade. Ora, entre a ameaça visível da fome e ameaça invisível da contaminação, tem-se pouca ou nenhuma possibilidade de escolha. A necessidade de manutenção da vida imediata se coloca antes de qualquer processo conscientizador das ameaças invisíveis proliferadas pela indústria ou, como diz Beck, “se luta contra o demônio da fome com o Belzebu da potencialização dos riscos” (1986, p. 77 – tradução nossa).

A noção de risco, na sociedade contemporânea, pode ser traduzida pela distinção, feita por Beck (1986), entre a sociedade de penúria e a sociedade do risco. Como já foi dito, se para a sociedade de penúria a questão fundamental é como proporcionar igualdade de condições de vida para todos, para a sociedade do risco a questão fundamental é como garantir segurança para todos, ou melhor, como dividir de forma igualitária o ônus dos riscos produzidos pela lógica da sociedade capitalista. Disso se desdobra que, se para a sociedade de penúria a força motriz é ‘eu tenho fome’, para a sociedade do risco a força motriz traduz-se em ‘eu tenho medo’. A sociedade do medo substitui a sociedade da miséria e instaura formas de mobilização e solidariedade forjadas a partir de um sentimento de insegurança; essa configuração social e política, diz Beck (1986), nos coloca uma questão: é possível que uma sociedade do medo, melhor dizendo, que o medo, que por sua natureza provoca reações de recolhimento e fuga diante das ameaças, fomenta um processo de mobilização social para a reivindicação e construção de uma sociedade mais segura e, porque não, mais igualitária?

Pode-se dizer, *a priori*, que o medo resulta de um dar-se conta dos riscos, ou do reconhecimento de sua existência e de sua imprevisibilidade. Isso é o que Beck, a partir de Giddens e em acordo com ele, chama de *reflexividade*. A modernidade reflexiva é o novo que incorpora e desincorpora a tradição. Trata-se de uma destruição criativa “em que um tipo de modernização destrói o outro e o modifica” (Beck, 1997, p. 12); a isso Beck chama de etapa da modernização reflexiva. Os *riscos* sociais, ambientais, econômicos e culturais que envolvem esse estágio da modernização não resultam de uma escolha consciente; eles são,

antes, conseqüências indesejáveis “dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças” (Beck, 1997, p. 16).

Nesse sentido, a *modernidade reflexiva* representa um período de auto-confrontação com os efeitos e os riscos que se desdobram do processo de modernização ou, melhor dizendo, *a sociedade do risco é reflexiva* na medida em que, reconhecendo os riscos e sua imprevisibilidade, “exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade” (Beck, 1997, p. 19). Esse aspecto reflexivo diferencia substancialmente a modernidade de tempos remotos pois, não é apenas a tradição que é freqüentemente reinventada, a “reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (Giddens, 1991, p.45). A sociedade moderna é, portanto, constituída por conhecimentos que são reflexivamente aplicados e que, por isso, podem ser freqüentemente revisados. Numa palavra, a sociedade de risco é uma sociedade auto-critica. Em nosso entendimento, auto reflexividade significa mais do que a possibilidade da modernidade de olhar para si, de confrontar-se com seus próprios limites; ela é o limiar de um processo e, por isso mesmo, permite a construção de novas bases éticas e epistemológicas para a prática humana.

3 A CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE E SEU SIGNIFICADO

A identidade é um conceito forte, significativo e valioso para todos os indivíduos, pois ela diz como o indivíduo pensa, sente, percebe-se e valoriza-se na sociedade e no grupo ao qual está inserido. Da mesma forma, a identidade é o elemento pelo qual o indivíduo se posiciona e é visto pelos outros grupos e sociedades. Portanto, a identidade traduz e desnuda as pessoas, os grupos e as sociedades, posto que nela que se encontra a estrutura social, o DNA social de cada um de nós, dos grupos e sociedades.

Hill (2000) identifica três concepções de identidade: a) a identidade do sujeito do Iluminismo²; b) a identidade do sujeito sociológico³, e c) a identidade do sujeito pós-moderno⁴.

² A identidade do sujeito do Iluminismo estrutura-se na concepção do ser humano como centro unificado, consciente e racional de si mesmo, o que o torna individualista, e, portanto, sua identidade é pessoal, particular, do próprio sujeito (HILL, 2000).

³ A identidade do sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que a identidade deste sujeito se forma a partir da interação entre os vários sujeitos com seus valores, sentidos e símbolos. Isto é, “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e

No âmbito do indivíduo, a identidade é o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou sociedade, e diz aquilo que o indivíduo tem de comum com determinadas pessoas bem como diz o que as torna diferentes. A *identidade nós-eu* (ou identidade individual) passou a ser valorizada nas sociedades desenvolvidas da época atual, que valoriza as diferenças entre as pessoas, em detrimento daquilo que as pessoas têm em comum – *aidentidade-nós* (ELIAS, 1994).

No âmbito social, a identidade é o modo como nós, indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros, fruto das várias relações sociais vividas pelas pessoas, construída a partir das interações, práticas e trocas sociais e culturais. Portanto, não há como compreender a identidade social sem relacioná-la com a identidade individual.

A identidade é fruto do processo civilizador, ao qual o indivíduo, na formação de sua consciência, tem como referência o padrão posterior das pessoas das gerações precedentes, desenvolvendo dentro de si padrões sociais de auto regulação específico de cada sociedade, que forma o arcabouço básico da identidade do indivíduo.

Na concepção elisiana, a identidade do indivíduo está vinculada à configuração, e a relação identidade-eu/identidade-nós varia conforme a sociedade, sendo que, a partir do Renascimento, houve cada vez mais a prevalência da balança para o lado identidade-eu. Ou seja, a individualidade tornou-se mais e mais crescente nas sociedades, oriunda do autocontrole que é instilado no indivíduo desde recém-nascido, ocultando a identidade-nós, porém com traços do grupo e da sociedade na qual está inserido.

Por outro lado, Giddens aponta que, na modernidade, a identidade deve ser compreendida a partir da estruturação e reflexividade, devido ao *descolamento* ou *desencaixe* existente entre as relações sociais de contextos locais e sua rearticulação por meio de partes indeterminadas do espaço-tempo e a imensa aceleração no distanciamento entre o espaço e o tempo resultado da modernidade (GIDDENS, 2002), o que acabou por transformar o sentido de identidade na modernidade, pois as “mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão

modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HILL, 2000).

⁴ A identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada, fluída, móvel, instável, contraditória e define-se historicamente, assumindo o sujeito identidades diferentes em diferentes momentos, porque as identidades não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente, havendo dentro do interior do indivíduo identidades que são contraditórias e empurram o sujeito para diferentes situações, de tal modo que suas identificações estão continuamente deslocadas (HILL, 2000).

diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude”; isto ocorre porque o nível de distanciamento tempo-espço introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história da humanidade, o “eu” e a “sociedade” estão inter-relacionados num meio global (GIDDENS, 2002).

Sob o ponto de vista da estruturação, observa-se que as práticas dos indivíduos são rotineiras e estendem-se ao logo do tempo e do espaço, haja vista ser a estrutura meio e fim para tais práticas, oferecendo aos agentes as regras e os recursos para realizarem suas ações.

Nas antigas culturas tradicionais, ocorria a mudança da identidade mesmo quando as coisas permaneciam as mesmas no nível da coletividade, que se dava por meio de um *rito de passagem*. Entretanto, nos ambientes da modernidade, no que se refere à reflexividade, esta estende-se ao núcleo do *eu*. Isto é, “no contexto de uma ordem pós- tradicional, o eu se torna um *projeto reflexivo*”, pois o *eu* alterado é explorado e construído “como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social”. O novo sentido do “eu” é construído como parte de um processo de formas pioneiras e inovadoras.

Portanto, a identidade não consiste no comportamento individual, mas, antes, na capacidade pessoal do agente em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua própria história do sujeito.

Na concepção baumaniana, a identidade é definida pelas “comunidades”, e estas são de dois tipos: comunidades de vida e de destino, nas quais os membros (observando a fórmula de Siegfried Kracauer) vivem juntos numa ligação absoluta; e comunidades que são fundadas somente por ideias ou por uma variedade de princípios. Assim, a questão da identidade somente surge quando ocorre a exposição das “comunidades” da segunda categoria – e *apenas porque existem mais de uma ideia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural*(BAUMAN, 2005, p. 17).

Isto tudo pode levar à ideia de que, nos tempos modernos, ocorrem o desfalecimento e a fluidez da identidade, o que permite a crença, nem sempre verdadeira, de que há uma crise de identidade nos tempos modernos.

Ao tomarmos conhecimento de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são negociáveis e revogáveis, e de

que as decisões que o próprio indivíduo toma e do caminho que percorre e a maneira como age – bem como a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a identidade.

É por isso que o indivíduo, ao ser retirado do seu *hábitat*, não tem um espaço que passe a considerar como seu e torna-se, então, a ser um *deslocado* e desajustado, pois mesmo pensando que poderá sentir-se em casa em qualquer lugar -, é fato que em lugar nenhum se está total e plenamente em casa.

A identidade é construída ao longo dos anos, por meio de processos inconscientes, que se iniciam desde o dia do nascimento do indivíduo para acompanhá-lo durante toda a sua vida, se (re)construindo sempre, mas permanecendo incompleta. O processo da formação da identidade é vivenciado pelo sujeito inconsciente, como algo de seu *eu imaginário*, fruto da fantasia do mundo real, bibliografia das diferentes partes do sujeito que busca sua unidade plena.

A identidade encontra-se moldada e vinculada pelas experiências pessoais, pelos conhecimentos advindos das trocas e experiências grupais e sociais dos seus ancestrais, e dos outros indivíduos, pela história pessoal e grupal, pela cultura e tradição local, regional e global, pelas paisagens territoriais e geográficas (naturais ou culturais).

4 TERRITÓRIO, PAISAGEM E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

O território e a paisagem são elementos que contribuem para a formação e construção da identidade do indivíduo e da sociedade, constituindo a “identidade territorial”.

Sob o ponto de vista baseado na ideia de desagregação, a identidade territorial poderá ser conceituada como um conjunto de fixos (população, patrimônio natural, patrimônio econômico, patrimônio cultural) e fluxos espaciais (natureza, sociedade, economia e cultura) que caracteriza uma dada unidade territorial, tal como um lugar ou uma região. O conjunto de fixos espaciais forma as paisagens naturais (primárias ou modificadas, preservadas ou degradadas, etc.) e culturais (agrícola, industrial, rural, urbana, mista, etc.), e determinará os modos de vida específicos (padrões de utilização e gestão dos fixos espaciais dentro das redes e sistemas horizontais e verticais da Natureza, Sociedade, Economia e Cultura).

Sob o ponto de vista do desenvolvimento e das políticas e intervenções adotadas, a identidade territorial poderá ser de dois tipos: identidade territorial objetiva e identidade territorial subjetiva.

A identidade territorial objetiva constitui-se pelos fixos e fluxos espaciais, visíveis ou não, e pode ser tanto de ordem material como imaterial. Enquanto a identidade territorial subjetiva constitui-se pelos conjuntos de fixos e fluxos espaciais vividos, experimentados e pretendidos (mentalmente desejados), que poderão ser avaliados sob o ponto de vista das diferenças sobre o lugar e das relações de poder entre diferentes agentes de desenvolvimento (ROCA; OLIVEIRA, 2005).

O conceito de identidade territorial também se caracteriza pelas especificidades de uma determinada área geográfica quanto a sua paisagem e os modos de vida de seus habitantes. Entretanto, deve-se ter em conta que uma mesma paisagem e os mesmos modos de vida podem ter diferente significados para diferentes pessoas⁵, e que as suas mudanças refletem a diversidade de suas representações e de suas relações entre os indivíduos (consumidores, produtores, etc.) sejam estes locais, sejam globais (ROCA; OLIVEIRA, 2005).

Na concepção de Bossé (2004), o território identitário, além de ser simbólico e ritual, também é o local de práticas ativas e atuais por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

Quanto às paisagens territoriais (naturais ou culturais), estas são fontes de conforto, de autorreconhecimento, de autoestima para a formação da identidade, pois desperta no indivíduo percepções, emoções e sentimento de pertencimento, revelando ideais e existência material – a realidade sonhada e a realidade vivida do indivíduo. São ingredientes que integram a identidade dos indivíduos, dos grupos e das sociedades humanas, constituindo uma autobiografia inconsciente, criando percepções e emoções.

⁵“Numa visão mais tradicional, o lugar, como o território e o próprio espaço, era associado à homogeneidade, ao imobilismo e à reação, frente à multiplicidade, ao movimento e ao progresso ligados ao “tempo”. Uma consciência global do lugar, defendida por Massey, embora não possa ser vista como boa ou má em si mesma, é a evidência de que hoje não temos mais espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”. Nossas vidas estão impregnadas com influências provenientes de inúmeros outros espaços e escalas. A própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) advém sobretudo de uma específica *combinação* de influências diversas, que podem ser provenientes das mais diversas partes do mundo”. (HAESBAERT, p. 18, 2004)

Portanto, qualquer transformação que venha a sofrer, essa paisagem afeta diretamente a identidade, abalando o arcabouço da existência do indivíduo como pessoa e ser, transformando seus gostos, aspirações e temores, inclusive poderá marginalizá-lo e excluí-lo de todo o processo social, econômico e cultural, isto porque as paisagens territoriais e geográficas têm caráter “único”, “singular” e apresentam “especificidades e “autenticidades” que as diferenciam umas das outras.

Refletindo sobre a questão da identidade, Bauman alerta para o fato de que as mudanças e deslocamentos aparentemente aleatórios, fortuitos e totalmente imprevisíveis transformam as paisagens e perfis urbanos daquilo que antes nos era familiar, chegando ao ponto de torná-los completamente irreconhecíveis, realocando as pessoas e destruindo suas identidades sociais (BAUMAN, 2005).

Apesar desses problemas, não há como negar que os indivíduos e as sociedades, mesmo sendo considerados “únicos”, constantemente sofrem mudanças e alterações em vista de vários fatores, tais como: a interação entre grupos e sociedades diferentes, as necessidades urgentes e emergentes, os processos naturais de inter-relacionamentos entre os seres humanos, a destruição da paisagem natural e do território (seja por eventos naturais, seja por eventos produzidos pelo ser humano).

Isto significa que a existência de um só desses fatores ou o conjunto de vários deles, poderá levar a mudanças e adaptações das paisagens territoriais, bem como dos próprios indivíduos e sociedades – ocorrendo a reformulação do espaço físico-natural, social, cultural e patrimonial – e a reformulação da (s) identidade (s).

5.OS DESASTRES AMBIENTAIS: PARA ALÉM DA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Os desastres ambientais são eventos perigosos ou extremos que ocorrem na natureza com tamanha magnitude, que são considerados insuportáveis ao ecossistema, à sociedade e à humanidade, devido aos prejuízos (sociais e econômicos) e danos (materiais, humanos e ecológicos) que causam, por atingirem um número considerável de pessoas e destruírem os elementos de funcionamento básico e o equilíbrio dinâmico da sociedade.

Os principais desastres ambientais são: biológicos (epidemias, infestação de insetos e debandada de animais), geofísicos (abalos sísmicos, erupções vulcônicas, desmoronamentos,

desabamentos, deslizamento de terras, avalanches), hidrológicos (inundações, maremotos, tsunamis), meteorológicos (tempestades: ciclones tropicais e extratropicais, furações, tufões), climáticos (estiagens, geadas, granizo, ondas de calor, ondas de frio) e hidrometeorológicos.

Segundo o Relatório do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters* (CRED), os desastres ambientais caracterizam-se quando um dos seguintes critérios forem identificados: 10 ou mais pessoas mortas, 100 ou mais pessoas afetadas, declaração de estado de emergência e assistência internacional.

Nos desastres ambientais, quando ocorre o perecimento dos elementos físicos que simbolicamente representam a memória e a história do indivíduo e da sociedade, tem-se a desconstrução da identidade tanto individual como da identidade coletiva.

Isto ocorre, entre outros fatores, porque cada região apresenta características e paisagens únicas, contendo os ingredientes essenciais para ligar e inserir o indivíduo ao meio ambiente no qual se encontra, e também por reproduzir as emoções, percepções e sentidos que o indivíduo possui, haja vista que o meio ambiente cultural representa os gostos, aspirações e desejos que o indivíduo possui.

Este meio ambiente remete o indivíduo à sua história, ao seu passado, ao seu presente e ao seu futuro, pois é nele que se encontram os elementos identificadores dos lugares e regiões, com seu contexto biofísico, sociocultural e socioeconômico. Ou seja, a paisagem e a característica natural e cultural de um lugar constroem a identidade dos seus habitantes e é uma representação material desta identidade, materializando as condições vividas pela sociedade.

Daí que, após a destruição causada pelo desastre ambiental, o indivíduo, ao se encontrar no meio do caos, do nada, perde todo o seu referencial. Em algumas situações, sente-se quase (ou totalmente) inumano, isto é, o não humano, de uma vida nua não atribuível, sem qualquer identidade social, cultural, demográfica, étnica, nacional ou política. É como se este indivíduo fosse um ser no qual o nada se manifesta no isolamento da sobrevivência e do desencanto, anda à deriva e sem ter um fim, pois nada há que o direcione ao futuro, diante da ausência do passado e do não presente. Apesar de estar vivo, de falar e de apresentar funções físicas e biológicas, este indivíduo percebe-se desprovido de vaidades,

desencantado, ao verificar sua insignificância diante da imensidão do mundo, pois nada mais é que o *sobrevivente da tragédia* que assolou a sociedade na qual se encontrava inserido.

Entretanto, é possível observar que, mesmo diante do perdimento, o ser humano que sobreviveu a estes eventos se une uns aos outros e, juntando os fragmentos de sua memória interior e daquilo que restou dos elementos físicos, naturais e artificiais, tornam-se arqueólogos de si mesmos, e buscam encontrar seu caminho e (re) construir sua identidade e a identidade da sociedade. O drama e o sofrimento daqueles que passaram por uma catástrofe ambiental também abre a oportunidade para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade do indivíduo.

Para isso, é necessário que o “eu” e o “nos”, o individual e o coletivo, sejam fundidos naquilo que denomino do “*eu-nos dependencial simbólico ambiental*” que é a nova identidade do indivíduo e da sociedade construída a partir dos fragmentos dos elementos materiais e espirituais simbólicos do antigo *eu* e do antigo *nos*, ou seja, construído a partir da memória (re) vivida a partir dos restos encontrados no meio dos escombros, tais como: pedaço de uma árvore ou de um arbusto, parte de uma fotografia ou de um livro, um instrumento musical ou uma partitura, parte de uma mesa ou de uma cadeira, um vidro de perfume ou uma velha escova de cabelo, dos tijolos que outrora pertenciam a uma igreja ou a uma das casas, à lápide do cemitério. Enfim, de qualquer coisa que o (re) ligue àquele espaço físico geográfico – histórico - social e cultural e (re) ative a sua memória sensorial.

A partir destes fragmentos que representam o quebra-cabeça do individual e coletivo, surge a identidade *eu-nos ambiental* (re) construída e (re) nascida, com os traços do antigo “eu”, dos “outros” e do meio ambiente. O “eu” e os “outros”, antes separados, seja por motivos étnicos, raciais, sociais, religiosos e culturais, foram triturados e moídos pelo moinho da catástrofe e da tragédia, e transformados no “*eu-nos*”. O antigo meio ambiente natural e artificial, que aparentemente era separado, se (re) unifica, (re) integrado e (re) construído pela força da própria natureza, completando, portanto, a identidade *eu-nos ambiental*.

6 CONCLUSÃO

A questão da identidade e do meio ambiente está cada dia mais evidente e requerendo reflexões mais profundas por parte da sociedade e são umas das grandes preocupações dos estudiosos dos diversos ramos científicos neste século XXI, principalmente em consequência do processo de globalização e da ocorrência de grandes acidentes ambientais.

Para alguns estudiosos, vive-se no século da *sociedade de risco*, cujo conceito foi desenvolvido por Ulrich Beck e Giddens, e para quem os riscos não podem ser mais controlados pelas ciências e tecnologias, e geram consequências graves para a saúde humana e para todo o meio ambiente. Isto é, ao tentar transformar riscos imprevisíveis em riscos controláveis, a sociedade acaba por gerar uma “reflexibilidade de incertezas” que, por sua vez, criam outros riscos cada vez maiores e indesejáveis.

Entre estes riscos, encontram-se os problemas ambientais que tanto podem ser efeito da interferência do ser humano sobre o meio ambiente, como podem ser consequências da própria dinâmica da natureza. Um desses problemas são os desastres ambientais, assim denominados por serem eventos perigosos e extremos que ocorrem na natureza com tal magnitude, insuportáveis ao ecossistema e à sociedade, causando grandes e graves prejuízos (econômicos, sociais e humanos) à sociedade e atingindo um grande número de pessoas.

Outro problema que a sociedade de risco atual da modernidade reflexiva enfrenta, envolve problemas referentes à identidade, tendo em vista que, na modernidade reflexiva (também dita modernidade tardia), há uma variedade de identidades, devido principalmente à interconexão das várias sociedades e culturas, o que possibilita a pluralidade de identidades, tais como: a identidade cultural, a identidade étnica, a identidade social e a identidade territorial. E, todas estas compõem a identidade do indivíduo (ou sujeito). Portanto, quando algum desses elementos (cultural, étnico, social e territorial) sofre alguma alteração, a identidade individual também se transformará.

No caso específico dos desastres ambientais, quando há perda dos referenciais essenciais que ajudaram na construção e constituição da identidade, o problema mostra-se muito mais complexo. Isto porque o indivíduo tem de (re) construir a identidade a partir daqueles fragmentos que restaram no mundo físico e em suas memórias e todo o sistema de simbolismo que cada um desses fragmentos representa, em um processo dialético que estimula, simultaneamente, dinâmicas de integração, universalismo, diferenciações e homogeneizações, no qual a velha identidade se constitui em nova identidade e liga o passado ao presente e ao futuro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich. *La société du risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 2010.
- _____. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In Anthony Giddens. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FLORIANI, Dimas. *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. Migration and identities in the globalized World. *Revista Interdisciplinar da mobilidade humana*, ano XVIII, n. 34, p. 11-25, jan/jul.2010.
- BRANDÃO, C.R. *Identidade e Etnia - Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense S. A., 1986.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GUHA-SAPIR, Debby; VOS, Femke; BELOW, Regina; PONSERRE, Sylvain. *Annual Disaster Statistical Review 2010: The numbers and trends*. BRUSSELS: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED)/Université Catholique de Louvain, 2010. Site: http://www.cred.be/sites/default/files/ADSR_2010.pdf. Acesso em 10-08-2011.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*, v.9, n.17, p.19-46, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (org.). *L'identité: Séminaire Interdisciplinaire*. Paris: Bernard-Grasset, c1977.

ROCA, Zoran; OLIVEIRA, José Antonio. A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento. X Colóquio Ibérico Geografia – ANAIS, Universidade de Évora – 22 a 24 de setembro de 2005. <http://www.apgeo.pt/index.php?section=126> , acesso em 17-08-2011.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. *Revista Interdisciplinar da mobilidade humana*, ano XVIII, n. 34, p. 27-43, jan/jul.2010.